

Ata N.º 5/2016

Pelas 15 horas, do dia 10 de dezembro de 2016, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal, contando com as seguintes presenças: Jorge Manuel Martins de Jesus, João José Correia Valério, Isabel Maria Dias Martins, Maria Hermínia da Conceição Louro, Fábio Miguel Florindo Gomes, João da Silva Rufino, João Manuel Duarte Brites, José Manuel Praia Neves, Júlio Manuel E. Churro Catarino, Carlos Chambel Lopes, Manuel Medeiros Morais Silva, Martina Marcelino Jesus, Rui Manuel Fernandes Vieira, Paulo Jorge Serra dos Santos e Paulo Manuel Alfaiate Pires. -----

O senhor presidente da União das Freguesias de Gavião e Atalaia, José Júlio Delgado Cabeça, não pôde comparecer, tendo-se feito representar pelo Secretário da União das Freguesias, Luís José Casa Branca Martins. Estiveram ausentes também os deputados municipais António Marques e Carlos Arês tendo requerido antecipadamente a sua substituição. -----

O deputado António Marques foi substituído por António José Estevinha. O pedido de substituição do deputado Carlos Arês foi recebido, no dia anterior, após as 17 horas, pelo que foi contactada a substituta, por email. A mesma não respondeu à comunicação, nem compareceu. -----

Regista-se também a ausência da deputada Helena Domingos Tapadas, que não justificou a sua ausência nem requereu substituição. -----

Compareceu o Senhor Presidente da Câmara, José Fernando da Silva Pio e assistiram os senhores vereadores António Manuel Gomes Severino e Jorge Marques dos Santos. -----

Por conterem matéria com carácter de urgência foram submetidos para eventual aprovação em minuta os conteúdos que integram os **pontos dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove e dez da Ordem de**

Handwritten signature and initials in the top right corner.

Trabalhos. -----

Previamente ao início da Sessão, o senhor Presidente da Câmara apresentou, aos deputados municipais, a maquete do Projeto da Piscina Municipal Descoberta e da remodelação da Rua 23 de Novembro. -----

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Jorge Manuel Martins de Jesus, cumprimentou todos os presentes e declarou aberta a sessão. ----

Questionou se todos os deputados municipais tinham recebido a documentação. Não se registando qualquer intervenção que indicasse problemas na receção dos documentos. -----

Antes de iniciar a Ordem de Trabalhos, e nos termos do artigo 50.º do anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o senhor Presidente da Assembleia propôs a inclusão de mais um assunto na Ordem de Trabalhos. A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, apreciar e votar o ponto: -----

Substituição do representante da Assembleia Municipal na CPCJ de Gavião; -----

O referido assunto passará a ser o ponto 13 e os Diversos o ponto 14. ---
De seguida, o senhor Presidente colocou a votação a ata da sessão anterior, que foi previamente remetida a todos os membros, dispensando-se a sua leitura. -----

Colocada a votação foi aprovada por maioria, com as abstenções dos deputados municipais Manuel Morais, Paulo Serras e Luís José Martins por não terem estado presentes na sessão anterior. -----

Antes de se iniciar a Ordem de Trabalhos, o senhor Presidente da Câmara interveio para apresentar aos deputados municipais algumas informações solicitadas na sessão anterior. O deputado Carlos Lopes tinha questionado o valor de que o Município abdica, ao devolver os 5% do IRS e o senhor Presidente informou que são cerca de 85 mil euros. Também questionou a atualização da lista dos prédios degradados e o senhor Presidente informou que a listagem já se encontra disponível no site do Município. O senhor Presidente da Assembleia tinha solicitado informação sobre os

valores transferidos para a APFLOBEV – Associação de Produtores Florestais da Freguesia de Belver, entre 2006 e 2016. O senhor Presidente da Câmara entregou ao senhor Presidente da Mesa da Assembleia a informação solicitada. -----

O senhor Presidente da Câmara informou, ainda, que desde o dia 06/12/2016 está a decorrer na Câmara Municipal uma inspeção da AT - Administração Tributária, relativa ao IVA de 2013. O anterior executivo tinha pedido acerto do IVA de 2009 a 2012. Este executivo fez pedido de acerto dos anos 2014 e 2015. Mas faltava inspecionar o ano de 2013. Pelo que a AT não poderá fazer o acerto solicitado, sem inspecionar esse período. Nos anos de 2014 e 2015, o valor será muito baixo, quer seja para receber, quer seja para pagar. -----

O senhor Presidente da Assembleia agradeceu as informações prestadas. De seguida entregou aos representantes dos grupos municipais uma cópia do Relatório do ROC relativo ao 1.º semestre de 2016. Na ausência do deputado Carlos Arês, o documento foi entregue ao deputado Carlos Lopes, em representação do PSD. Informou ainda que foi enviada cópia do documento, para todos os deputados por email e em papel, para os três membros que não utilizam email. Esclareceu que o referido Relatório chegou à Câmara Municipal muito próximo da sessão da Assembleia de setembro, por isso só agora se faz a entrega do documento. Questionou se algum deputado tem dúvidas sobre o documento entregue. -----

Não havendo questões, passou à apresentação dos assuntos que seleccionou das atas das reuniões do executivo municipal realizadas nos meses de setembro, outubro e novembro. -----

Na ata da reunião realizada em 21 de setembro de 2016, destacou o apoio ao Clube Gavionense. Sublinhando a importância da instituição, pela dinamização desportiva e pela sua relevância na vida dos jovens do concelho. Também referiu a intervenção do senhor Presidente da Câmara acerca da obra da Ponte de Belver. Solicitou ao senhor Presidente da Câmara, informação sobre o ponto de situação da obra. -----

Na ata da reunião de **6 de outubro de 2016**, evidenciou a admissão de mais 15 jovens para a 10.^a Fase de Execução do OMTJ - Programa de Ocupação Municipal Temporária de Jovens. Sublinhou que muitos destes jovens dão um importante contributo nas instituições em que são colocados e fazem-no por uma Bolsa, não por um Salário. -----

Na ata da reunião realizada em **19 de outubro de 2016** destacou a suspensão de artigos do Regulamento de Bolsas de Estudo. Pediu que o senhor Presidente da Câmara explicasse as alterações, uma vez que a aprovação dos Regulamentos é da competência da Assembleia Municipal. Questionou o que se perspetiva para o futuro, em relação a este assunto e se já está a ser elaborado novo Regulamento. -----

Na ata de **2 de novembro de 2016** salientou a aprovação da proposta de pagamento das refeições escolares a todos os alunos do 1.^o Ciclo e Pré-escolar. Trata-se de um esforço suportado pelo Orçamento Municipal e deve ser destacado. Sugeriu que fosse analisada a possibilidade de se dar algum apoio também aos estudantes do Ensino Secundário, porque é um nível muito dispendioso para os agregados familiares. O Município apoia, em 50%, o pagamento do transporte, mas seria muito positiva outro tipo de ajuda. -----

De seguida, deu a palavra aos deputados para colocarem as questões que considerarem pertinentes. -----

Não se registando qualquer intervenção, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara. -----

O senhor Presidente da Câmara começou por informar que a questão do apoio aos alunos do Ensino Secundário já foi abordada por ele e pelos vereadores. Também considera que é o nível que recebe menos apoio do Município. Se for cumprido o programa do governo, o Município deixará de suportar a aquisição dos manuais do 1.^o Ciclo, uma vez que o Governo vai passar a financiá-los. Essa verba poderá ser direcionada para o apoio ao Ensino Secundário. Mas a questão está a ser analisada. -----

Quanto à suspensão dos artigos do Regulamento de Bolsas de Estudo, considera que todas as famílias fazem um grande esforço e todos os estudantes merecem o apoio do Município. Só agora apresentou esta proposta, porque não o quis fazer enquanto teve uma filha no Ensino Superior. Salientou que existem outras bolsas que apoiam os jovens com carências económicas. E lembrou que todos sabemos que muitas vezes as regras existentes são injustas. Existem profissionais que não declaram a totalidade dos seus rendimentos, o que não pode acontecer com os funcionários públicos, por exemplo. Com esta suspensão pretende-se que o executivo disponha da verba orçamentada para esse fim, cerca de 20 mil euros e a dívida pelo número de candidatos. Foram entregues 38 candidaturas. Mas a obrigatoriedade de transitar de ano mantém-se. Informou ainda que decorre no âmbito da CIMAA, a atualização/alteração de alguns Regulamentos e o das Bolsas de Estudo também irá sofrer algumas alterações, promovidas pelo executivo municipal, a serem devidamente aprovadas em Assembleia Municipal, quando tudo estiver concluído. -----

Em relação ao OMTJ foram feitas algumas alterações para benefício dos jovens. Foram aumentadas as vagas de 10 para 15. E também foi estabelecida a possibilidade dos jovens, que estão colocados no programa se recandidatarem, embora tenha prioridade quem não fez o Programa anterior. Concorda que a Bolsa de 200€ é baixa, mas não se trata de emprego e os jovens podem sempre rescindir quando conseguem emprego. Reconheceu que a maioria destes jovens tem excelente prestação, dando um importante contributo nas instituições em que estão colocados. -----

Quanto à formalização do Contrato de Desenvolvimento Desportivo com o Clube Gavionense trata-se uma iniciativa que visa proporcionar aos jovens um conjunto de atividades para os afastar de outros hábitos menos saudáveis. Infelizmente o concelho tem cada vez menos jovens e o Clube não conseguiu jogadores para inscrever equipa em todos os escalões.

Informou ainda que o Município transporta jovens de todo o concelho, para participarem nas atividades do Clube. -----

Relativamente à obra na Ponte de Belver informou que visitou a obra, tendo o senhor Presidente da Assembleia também participado. A Infraestruturas de Portugal informou que a obra estará concluída em fevereiro. Pessoalmente considera que se estiver pronta em abril será muito bem. Mas sabe que a obra está atrasada. Reconheceu que o incómodo é muito grande, porque a alternativa não é boa. Para além de aumentar a distância, a estrada não é a melhor. -----

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara, o senhor Presidente da Assembleia deu aos deputados a oportunidade de intervirem. -----

Não se registando nenhuma intervenção, o senhor Presidente da Assembleia deu início à Ordem de Trabalhos: -----

PONTO UM = Informação sobre a atividade do Município e a situação financeira do mesmo (alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

O senhor primeiro-secretário leu o Relatório de Atividades, entregue pelo senhor Presidente da Câmara. -----

De seguida, o senhor Presidente da Câmara apresentou o Resumo Diário de Tesouraria relativo ao dia 9 de dezembro de 2016, que apresenta um saldo de 847.542,96€ (Operações Orçamentais – 722.004,00€ e Operações de Tesouraria – 125.538,96€). O valor da Dívida atual é de 72.567,67€. -----

Salientou que a situação financeira do Município é estável e controlada. Efetuamos pagamentos a 17 dias, tal como salientou o Secretário de Estado das Autarquias Locais, na sua intervenção nas comemorações do Feriado Municipal. Esse é o tempo médio, mas às vezes pagamos mais cedo, especialmente quando são fornecedores do concelho. Os valores apresentados ainda não refletem o FEF deste mês, porque só é recebido por volta do dia 15. Informou ainda que foram aprovadas duas

candidaturas: os conteúdos do Núcleo Museológico das Mantas e Tapeçarias de Belver (140 mil euros) com participação de 85%. Também a Limpeza das Galerias Ripícolas foi aprovada com financiamento de 100%. Estamos em condições de apresentar outras candidaturas. Aguardamos a abertura de concursos. Em termos de endividamento não houve, nestes três anos, recurso a qualquer endividamento. -----

PONTO DOIS = Apreciação, discussão e eventual aprovação do Orçamento 2017 e GOP's; -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal de Gavião, que apresentou os Princípios Orientadores e Grandes Áreas Estratégicas que presidiram no essencial à elaboração do Orçamento 2017 e GOP's. -----

O Orçamento para o Ano Económico de 2017 prevê um valor de 7.700.000,00€ e as GOP's que assumem o valor de 3.579.860,00 €. -----

Começou por salientar que o Orçamento tem redução de cerca de 300 mil euros, face ao ano anterior. A Lei das Finanças Locais obriga-nos a ser cada vez mais rigorosos e criteriosos. Estava previsto que o SNC – AP – Sistema de Normalização Contabilística da Administração Pública se iniciasse em 2017, mas foi adiado para 2018. A estrutura dos documentos previsionais é igual aos anos anteriores. Nas receitas correntes 68% serão transferências correntes. O restante são valores residuais. Saliou que dependemos quase exclusivamente do Orçamento do Estado. Nas Despesas Correntes, 46% serão despesas com pessoal e 43% aquisições de bens e serviços. Nas Despesas de Capital 79% serão aquisições de bens e serviços. Nas GOP's prevê-se 9,57% para a Proteção Civil e Luta Contra Incêndios; 11,29% para a Educação; 11,56% para a Cultura; 13,39% para Transportes Rodoviários e 7,28% para a Indústria e Energia. Apresentou também a evolução das Receitas e Despesas de 2013 a 2017. As áreas estratégicas serão: o Turismo, a Educação, Cultura, Desenvolvimento Económico, Ação Social. Destacou ainda: as Funções

Yuu/

Sociais (habitação), Saúde Meio Ambiente, Funções Económicas (Energia), Comunicações e Transportes, Desenvolvimento Rural, Desporto (não apoiar só o Clube Gavionense, mas também o Clube da Ferraria e outras associações), Juventude e Associativismo (manter o apoio às 35 coletividades do concelho, vai manter-se também o OMTJ e as Férias Ativas e vamos tentar criar o Conselho Municipal de Juventude). Salientou que foi feita muita coisa, mas falta ainda fazer muito. O executivo tem a consciência que tem feito o melhor pelas populações. Lembrou que o "Portugal 2020" apenas no último ano teve algum impacto. Pretende aproveitar todas as oportunidades que surjam. Estão em carteira várias ideias que poderão ser implementadas, com financiamento. -----

O senhor Presidente da Assembleia agradeceu a apresentação do senhor Presidente e deu a palavra aos deputados municipais. -----

O deputado municipal Carlos Chambel Lopes começou por agradecer à Mesa a remessa da documentação que solicitou, para análise dos Documentos Previsionais. Salientou que os documentos em apreço oferecem credibilidade e equilíbrio e que o Orçamento está elaborado conforme a legislação em vigor. -----

Evidenciou que nas transferências de capital, outras receitas correntes e outras receitas de capital há uma pequena diferença entre 2016 e 2017. Questionou a origem destas diferenças. Informou ter verificado, no Jornal Correio da Manhã do dia 24 de outubro de 2016, que o valor das transferências correntes, seria mais alto do que consta nos documentos (+3%). Evidenciou também que se apresenta um aumento dos impostos, diretos e indiretos. Se os impostos têm estado a baixar, a que se deve esse aumento? Verificou ainda que se reduzem as despesas com pessoal, apesar de estar previsto aumento do número de trabalhadores. Salientou ainda que existe um aumento nas Despesas de Aquisição de Bens e Serviços e, por outro lado, uma diminuição nas Despesas na Aquisição de Bens de Capital. Julga haver uma certa incoerência nas afetação dos

valores nestas rúbricas, dado o grau de desenvolvimento que se pretende para o Concelho. -----

O deputado entregou à Mesa da Assembleia documento contendo a síntese das questões colocadas e apresentando também algumas questões que gostaria que os serviços esclarecessem e que se transcrevem: -----

“Quanto às GOP’s, verifica um aumento nas rúbricas Administração Geral, Proteção Civil e Luta Contra Incêndios, Serviços Auxiliares de Ensino e Ação Social, a que se devem estes aumentos? -----

Na Habitação, Saneamento, Cultura, Desporto, Recreio e Lazer verifica uma redução dos montantes. Questionou o motivo. Perguntou ainda que obras se irão realizar na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca, Transportes Rodoviários, Mercados e Feiras e Turismo”. -----

Questionou ainda se seria possível vir um Relatório de Execução Orçamental, com os documentos previsionais. Pensa que a execução estará em cerca de 80%. Uma vez que os documentos são feitos com base nos valores de 2016, esse relatório facilitaria a análise. -----

O senhor Presidente da Assembleia agradeceu as questões colocadas. Informou que as aplicações informáticas facilmente emitem Relatórios de Execução. Salientou ainda que é necessário alguma prudência na análise das apreciações que retiramos da Comunicação Social. Existem meios mais fidedignos onde poderemos retirar as informações. -----

O senhor Presidente da Câmara manifestou a sua concordância com o comentário do senhor Presidente da Assembleia Municipal. Efetivamente, pensa que o Correio da Manhã não contabilizou o valor do FEF. Sublinhou que alguns impostos baixaram, mas algumas receitas de impostos subiram. Por exemplo, o IMI sobe porque acabaram algumas isenções. -- Quanto às despesas com Pessoal, o Mapa prevê a criação de alguns postos de trabalhos. Mas só serão preenchidos, no decorrer do ano, se houver condições para isso. Para além disso há despesas, cujo montante

não é possível prever. Por exemplo, em 2016 houve muitas despesas relacionadas com baixas médicas dos trabalhadores municipais. -----

Em relação à execução orçamental, a Revisão que vai ser apreciada nesta sessão, facilitará o cumprimento. -----

O senhor Presidente da Assembleia salientou ainda que, em abril de 2017, teremos a informação concreta sobre a execução orçamental. -----

Posta a discussão e esclarecidas algumas dúvidas, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar o Orçamento 2017 e GOP's com 14 votos a favor e 3 votos de abstenção. -----

PONTO TRÊS =Apreciação, discussão e eventual aprovação do Mapa de Pessoal; -----

O senhor Presidente da Câmara a apresentou o Mapa de Pessoal para 2017, Depois de apreciado, foi colocado a votação, tendo sido aprovado por maioria, com 14 votos a favor e 3 abstenções. -----

O senhor Presidente da Câmara sublinhou que se propõe a contratação de 3 técnicos superiores para a Divisão Financeira. Evidenciou que o Mapa foi feito a pensar na implementação do SNC-Ap. Com o adiamento, poderá não haver necessidade de preencher alguns postos de trabalho. Na área do Património também há necessidade de mais trabalhadores, para fazer a atualização (inventário, abate e avaliação patrimonial). No departamento de Higiene e Salubridade também é necessário contratar trabalhadores (coveiro, pedreiros, calceteiros, etc). -----

PONTO QUATRO = Apreciação e eventual aprovação da 3.ª Revisão ao Orçamento 2016 e GOP's; -----

O senhor Presidente da Câmara fundamentou e apresentou os valores da 2.ª Revisão ao Orçamento 2016 (redução de 400.000€) e GOP's (44.110,00€). -----

Depois de apresentados os documentos e prestados todos os esclarecimentos solicitados, os documentos foram colocados a votação, tendo sido aprovados por unanimidade. -----

PONTO CINCO = Apreciação e eventual autorização prévia da assunção de compromissos plurianuais, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março; -----

- Prestação de Serviços de Comunicações Fixas a contratar à Oni Telecom – Infocomunicações, SA, no âmbito do Acordo Quadro /CC-CIMAA/2016 por um período de 24 meses, despesa prevista para 2016 - 103,94€ (IVA incluído, 2017 - 1.247,22€ (IVA incluído) e 2018 - 1.143,28€ (IVA incluído). Aprovado por unanimidade. -----

- Aquisição de acetileno industrial, oxigénio S1 e stargom C15 (protar), por um período de 3 anos, a contratar a José Marques Agostinho, Filhos & CA, Lda. Despesa prevista para 2016 - 787,14€ (IVA incluído), 2017 - 653,73€ (IVA incluído) e 2018 - 653,72 (IVA incluído). Aprovado por unanimidade. -----

- Licenciamento Microsoft – EA – Componente instalada nos Servidores da CIMAA, a contratar com a CIMAA – Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (pagamento da quota parte). Despesa prevista para 2016 – 2.327,62€ (+ IVA à taxa de 23%) e 2017 – 1.163,81€ (+ IVA à taxa de 23%). Aprovado por unanimidade. -----

- Aquisição de serviços de assessoria técnica dos processos de planeamento, gestão, certificação, auditoria, controlo e pedidos de pagamento de candidaturas a fundos europeus, operações confinadas no âmbito do PORTUGAL 2020, contratada a Associação para o Desenvolvimento de Portalegre Distrito Digital. Despesa prevista para 2016 – 7.472,77€ (IVA incluído) e 2017 - 4.981,84€ (IVA incluído). Aprovado por unanimidade. -----

- Aquisição de Serviços de Assessoria Contabilística Fiscal, na modalidade de avença por um período de 3 anos – 36 meses, contratada a Sara Isabel Alves Martinho (suspensão de contrato motivado por licença de maternidade). Despesa prevista para 2016 – (+ IVA à taxa de 23%), 2017 - 12.615,57€ (+IVA à taxa de 23%), 2018 - 16.820,76€ (+ IVA à taxa

de 23%) e 2019 - 1.401,73€ (+ IVA à taxa de 23%). Aprovado por unanimidade. -----

- **Recolha e Tratamento de Água e Efluentes (2017 – 132.972,66€ + IVA à taxa de 23%), Taxa de Recursos Hídricos – Água (TRH) (2017 – 4.763,53€ + IVA à taxa de 6%) e Fornecimento de Água (2017 – 166.406,10€ + IVA à taxa de 6%),** contratada a “Águas de Lisboa e Vale do Tejo”. Aprovado por unanimidade. -----

- **Iluminação Pública,** contratada a “EDP – Serviço Universal, S.A.”. Despesa prevista para 2017 – 169.000,00€ (IVA incluído). Aprovado por unanimidade. -----

- **Estudo prévio, revisto e completado,** contratado a “PROGITAPE – projetos de Arquitetura, Planeamento e Engenharia, Lda”. Valor previsto para 2017 – 1.968,00€ (IVA incluído). Aprovado por unanimidade. -----

- **Taxa de Recursos Hídricos,** contratada a “Agência Portuguesa do Ambiente”. Valor previsto para 2017 – 500,00€ (IVA incluído). Aprovado por unanimidade. -----

- **Exploração das Instalações Elétricas do Edifício do Cineteatro,** contratada a “J. C. Bartolomeu – Instalações Elétricas, Lda”. Valor previsto para 2017 – 1.180,80€ (IVA incluído). Aprovado por unanimidade. -----

- **Análises de Água para Consumo Humano,** contratada a A. LOGOS – Associação para o Desenvolvimento de Assessoria e Ensaios Técnicos. Valor previsto para 2017 – 61,50€ (IVA incluído). Aprovado por unanimidade. -----

- **Análises de Água para Consumo Humano, ETAR's e Água da Piscina,** contratada a A. LOGOS – Associação para o Desenvolvimento de Assessoria e Ensaios Técnicos. Valor previsto para 2017 – 2.021,44€ (IVA incluído); Aprovado por unanimidade. -----

- **Desmatação moto-manual, desbaste seletivo, desramação,** contratada a VEDAP – Espaços Verdes, Silvicultura e Vedações. Valor previsto para 2017 – 48.343,95€ (IVA incluído); DELIBERAÇÃO N.º 366)

- **Fornecimento de Energia em BTE e BTN**, contratada a "EDP Comercial – Comercialização de Energia, S.A.". Valor previsto para 2017 – 229,14€ (IVA incluído). Aprovado por unanimidade. -----
- Processo de aquisição n.º 291/2008: **Avaliação Ambiental da Revisão do PDM de Gavião**, com inscrição em GOP. Aprovado por unanimidade.
- Processo de aquisição n.º 492/2011: **Aquisição de Projeto de Requalificação dos Moinhos das Ribeiras de Alferreira e Barrocas** com inscrição em GOP. Aprovado por unanimidade. -----
- Processo de aquisição n.º 173/2010: **Aquisição de Estudo de Caracterização de Integração das Ribeiras de Margem, Alferreira e Barrocas na Rede Natura 2000**, com inscrição em GOP. Aprovado por unanimidade.-----
- Contrato n.º 11/2014: **Reconstrução do Passadiço do Alamal**, com inscrição em GOP. Aprovado por unanimidade. (DELIBERAÇÃO N.º 371)
- Contrato n.º 2016/456: **Ajuste Direto, Serviços de Revisão, Atualização e Conclusão da 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Gavião**. Valor previsto para 2017 – 24.000,00€. Aprovado por unanimidade. -----
- Concurso n.º 273/2015: **Vistoria Final a Posto de Abastecimento de Combustível**. Aprovado por unanimidade. -----
- Concurso n.º 42/2015: **Projeto de Execução "Reordenamento de Trânsito e Estacionamento na Rua 23 de Novembro e Beco das Piscinas em Gavião"**, com inscrição em GOP. Aprovado por unanimidade. -----
- Concurso n.º 116/2015: **Projeto de Execução "Piscinas Descobertas de Gavião"**, com inscrição em GOP. Aprovado por maioria, com a abstenção do deputado Fábio Gomes. -----
- Concurso n.º 117/2015: **Projeto de Execução "Parque de Feiras e Mercados, Circuito de Manutenção de Vale Salgueiro"**, com inscrição em GOP. Aprovado por unanimidade. -----

- Concurso n.º 359/2015: **Elaboração de Código Regulamentar.** Aprovado por unanimidade. -----
- Concurso n.º 118/2014: **Revisão de Regulamento e Tabela de Taxas.** Aprovado por unanimidade. -----
- Contrato n.º 473/2015: **Delimitação da Reserva Ecológica Nacional, execução técnica dos trabalhos.** Aprovado por unanimidade. -----
- Contrato n.º 474/2015: **Delimitação da Reserva Ecológica Nacional, coordenação científica.** Aprovado por unanimidade. -----
- Contrato n.º 4/2016: **Elaboração do Plano de Pormenor do Pico da Roça.** Aprovado por unanimidade. -----
- Contrato n.º 351/2016: **Elaboração de Projeto de Execução Multidisciplinar para Parque de Autocaravanas.** Aprovado por unanimidade. -----
- Contrato n.º 350/2016: **Atualização de Cartografia Escala 1/2000 de Gavião.** Aprovado por unanimidade. -----
- **Aquisição de Gás Propano a Granel, a contratar a Petróleos de Portugal, SA, no âmbito de Acordo Quadro da CIMAA. Valor previsto para 2016 - 4.197,38€ (IVA incluído) e 2017 - 46.171,12€ (IVA incluído.** Aprovado por unanimidade. -----

PONTO SEIS = Autorização prévia genérica para a assunção de compromissos plurianuais, nos termos do artigo 12.º do Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na redação dada pelo Decreto-lei n.º 99/2015, de 2 de junho; -----

O senhor Presidente da Câmara apresentou uma proposta para simplificação e celeridade processuais, solicitando que a Assembleia Municipal, de acordo com as disposições legais, emita autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos casos seguintes: -----

- a) Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano e PPI; -----

b) Resultem de compromissos já assumidos, que por motivos de alteração na calendarização física e conseqüentemente financeira não venham a ser todos realizados no ano de 2016, desde que devidamente justificados pelo serviço requisitante; -----

c) Compromissos assumidos em 2016, só satisfeitos (realizados, faturados) no ano económico de 2017; -----

d) A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia genérica que se propõe, só poderá fazer-se quando, para além das condições atrás previstas, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei. -----

Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica aqui proposta. -----

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO SETE = Anulação das deliberações relativas à autorização prévia da assunção dos compromissos plurianuais para contratação de Pessoal Docente (M/F), no âmbito do Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular do 1.º CEB; fornecimento de energia elétrica às instalações alimentadas em Baixa Tensão Normal (BTN) e fornecimento de energia elétrica às instalações alimentadas em Baixa Tensão Especial (BTE); -----

O senhor Presidente da Câmara justificou a necessidade de se proceder à anulação dos compromissos. Colocado o assunto a votação, foi aprovada, por unanimidade, a anulação das referidas deliberações. -----

PONTO OITO = Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Manutenção da Alteração à Tabela de Taxas e Licenças do Município de Gavião e ao Regulamento de Apoio à Fixação de Famílias Jovens (para vigorarem em 2017); -----

A Câmara Municipal deliberou manter a alteração ao Regulamento de Taxas e Licenças Municipais, de modo a possibilitar a redução de algumas taxas até 50%, em situações económicas específicas; -----

Aprovou ainda manter a redução de 50%, em diversas taxas da Divisão Financeira e DOSU, bem como, o aumento de 100%, nos valores do subsídio de apoio à natalidade, previstos no Regulamento de Apoio à Fixação de Famílias Jovens. Para ambas as medidas continuarem a vigorar no ano de 2017. -----

Colocada a Proposta a votação, foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO NOVE = Apreciação e eventual aprovação da Proposta de atualização, de acordo com a Taxa de Inflação do valor das taxas constantes do regulamento e tabela de taxas municipais; -----

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 6.º do Regulamento e Tabela de Taxas Municipais do Município de Gavião, a Assembleia Municipal deverá autorizar a Câmara Municipal a atualizar as taxas através do valor da inflação, que só é conhecido no início do ano civil. Colocada a votação, a Proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO DEZ = Anulação da deliberação relativa à contratação, em regime de Contrato de Trabalho a Termo Resolutivo Certo – a Tempo Parcial, de Pessoal Docente (M/F), no âmbito do Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular do 1.º CEB; -----

O senhor Presidente da Câmara explicou que esta anulação se deve ao facto de, após a aprovação pela Assembleia Municipal, se ter verificado que os técnicos de desporto do Município tinham disponibilidade para assegurar essas horas. -----

Depois de prestados todos os esclarecimentos, o assunto foi colocado a votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

PONTO ONZE = Benefícios do Cartão do Idoso; -----

O senhor Presidente da Câmara salientou que já foram emitidos 413 cartões e informou que durante o ano 2016 e até ao momento, os idosos beneficiários desta medida usufruíram de redução no valor de 3.693,21€, nos serviços de ambulância. Nas tarifas da água houve benefícios no valor de 12.636,14€. -----

✓ J. M. /
P.

PONTO DOZE = A Reforma do Setor Florestal enquanto contributo para a valorização do Território Nacional e Municipal; -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal sublinhou que este ponto traduz um assunto de muito interesse para o concelho, tal como foi sugerido anteriormente pelo deputado Carlos Arês. O setor florestal é também uma prioridade para este Governo, que criou uma Comissão Interministerial. Deixou algumas reflexões sobre o tema: -----

- Rentabilidade, risco e investimento; -----
- PROF's remeterem para os PDM; -----
- Municipalização da Floresta; -----
- Esmagadora maioria dos Fundos vão para uma minoria de proprietários;
- Sapadores Florestais – O governo anunciou o alargamento do número de equipas de sapadores; -----

De seguida passou a palavra ao deputado Júlio Catarino, que começou por salientar que este verão, mais uma vez, a Floresta foi assunto de destaque, devido aos grandes incêndios. O atual Governo tentou encontrar soluções. Pela primeira vez realizou-se um Conselho de Ministros sobre este assunto. Realizou-se na Lousã, a 27 de outubro e o Comunicado diz que sendo a Floresta um enorme ativo é necessário reavaliar as políticas públicas sobre o assunto. Não se pretende que sejam medidas a implementar apenas pelo atual Governo. Para se obterem resultados terão de ser medidas a médio e longo prazo. O assunto tem sido debatido em vários pontos do país. As medidas a implementar são: Medidas de Gestão do Ordenamento; Medidas que Identificam os Proprietários; Medidas de Identificação da Propriedade Florestal; Criação de Centrais de Biomassa, Medidas de Defesa da Floresta; Medidas de Alteração Jurídica e Legislativa. Esta Reforma Florestal dá a todos os cidadãos a oportunidade de se pronunciarem. -----

A realidade do nosso concelho é diferente da realidade nacional. Temos Cadastro Rústico (acima do Tejo apenas o concelho de Mação tem). Realizam-se medidas de prevenção como a construção e manutenção de

Yuu/
2/
D

pontos de água e linhas de contenção. É feito um considerável investimento nos Bombeiros Municipais. -----

Os aspetos negativos são: a falta de enquadramento entre o PDM e o Plano Florestal do Alentejo; o facto dos pareceres solicitados ao Município, para reflorestação, não serem vinculativos; falta de fiscalização do ICNF e do SEPNA-GNR. -----

É fundamental salvaguardar as espécies autóctones; haver mais uma equipa de Sapadores Florestais; continuidade de investimento nos Bombeiros Municipais. -----

Salientou que em 2016 tivemos 25 ocorrências de Incêndios Florestais, tendo ardido cerca de 25 hectares. -----

Como reflexão sublinhou que os resultados, quaisquer que sejam, só dependem de nós. Porque até a sorte dá trabalho! -----

O senhor Presidente da Assembleia sublinhou que as coisas no país mudaram muito após 2005. Quem viveu os grandes incêndios de 2003 e 2005 verifica que a Proteção Civil mudou muito, e para melhor, em termos de organização, especialização dos recursos humanos, equipamentos e capacidade de intervenção. Já o setor florestal e a prevenção pouco evoluíram. Houve muito desinvestimento, nomeadamente no minifúndio e pelo anterior Governo. -----

O senhor deputado Manuel Morais referiu que a propriedade no Alentejo está definida e identificada. Sabe-se quem são os proprietários. Mas estão abandonados. Se virmos alguns locais que arderam em 2003, o mato já tem a altura de uma casa. Questiona se custa mais ajudar os proprietários a desmatar ou custear o combate aos incêndios. Também acha que, em relação aos incendiários, a justiça não atua como deve. -----

O senhor Presidente da Assembleia questionou se os procedimentos de registo de propriedades vão ser gratuitos. -----

O deputado Júlio Catarino, afirmou que pensa que sim. Mas a questão é se será gratuito apenas nos locais onde não existe cadastro. Sabe que vai ser feito um cadastro simplificado. Mas o que será isso? -----

O senhor Presidente da Assembleia afirmou que faz sentido, porque os custos das escrituras são muito altos. -----

O deputado municipal João Brites salientou que muitas vezes os custos são superiores ao valor da propriedade. -----

O senhor Presidente da Assembleia sublinhou que decorre a Consulta Pública e é agora a altura de se registarem essas questões. -----

O senhor Presidente da Câmara evidenciou que o facto de haver cadastro simplifica muito a implementação de medidas. O cadastro terá que ficar, pelo menos 24 meses em consulta. Do Tejo para cima será mais complicado por ser zona de minifúndio. A panóplia de legislação que se prepara não vai ter em atenção a implementação do cadastro. -----

O deputado municipal Paulo Serras manifestou a sua preocupação pela plantação ilegal de eucaliptos. Pode não se saber de quem é o terreno, mas sabe-se quem plantou os eucaliptos. Deu o exemplo de uma plantação em Vale da Feiteira. -----

O deputado municipal Júlio Catarino salientou que, nesse caso, quem está a usar o terreno não são os proprietários. Os terrenos são considerados baldios. Embora nas Finanças estejam registados como propriedade da família Raposo. -----

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Comenda, Rui Vieira lembrou que esses terrenos são considerados baldios porque foram ocupados depois do 25 de Abril. A grande parcela foi restituída, mas alguns ocupantes não devolveram os terrenos. A solução será fazer o registo. Sabe que os proprietários estão disponíveis para regularizar a situação. -----

O senhor Presidente da Câmara referiu que houve ocupações e o Governo de Cavaco Silva devolveu os terrenos aos proprietários. O registo não pode ser feito pelos ocupantes porque está registado em nome dos proprietários. A hipótese seria o fracionamento da propriedade rústica. O usucapião não resulta sem o fracionamento ser feito. -----

O senhor Presidente da Assembleia agradeceu todas as intervenções, salientando o contributo do deputado Júlio Catarino. -----

PONTO TREZE = Substituição do representante da Assembleia Municipal na CPCJ de Gavião; -----

Na sequência do pedido de substituição do deputado municipal da CDU, Paulo Jorge Serra dos Santos, o senhor Presidente da Mesa propôs que o mesmo fosse substituído pelo deputado da CDU, João da Silva Rufino. Não havendo mais propostas, a mesma foi colocada a votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

PONTO CATORZE = Diversos; -----

De seguida, senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos deputados municipais. -----

O deputado municipal Manuel Morais questionou para quando está prevista a marcação da Estrada da Comenda. -----

O deputado municipal Carlos Chambel Lopes questionou se haveria possibilidade de se fazer no concelho, um programa de televisão. Questionou também se haveria possibilidade de haver um Guia para acompanhar os passeios dos idosos. Aproveitou ainda para manifestar o seu pesar pelo falecimento do senhor Padre Lobato, que foi durante muitos anos pároco de Comenda e Atalaia. -----

O senhor Presidente da Câmara esclareceu que a pintura da estrada é uma questão que o preocupa, porque a obra foi adjudicada e esse troço ficou por pintar. De qualquer forma, todos os dias pressiona nesse sentido e a obra ainda não foi paga. -----

O problema dos programas de televisão não são os custos, mas o agendamento para as datas pretendidas. Quanto ao Guia, para os passeios dos idosos, neste momento não tem enquadramento porque o Município organiza um almoço no concelho. Os passeios são organizados pelas Juntas de Freguesia. Também lamentou a morte do senhor Padre Lobato. -----

Em seu nome pessoal e em nome da Câmara Municipal de Gavião desejou um Feliz natal e um Próspero Ano 2017 para todos. -----

Em nome da Assembleia Municipal, o senhor Presidente da Mesa, agradeceu e retribuiu os votos de Boas Festas. -----

De seguida, questionou algum membro do público pretendia intervir. -----

O senhor Alberto Paisana Faria interveio para informar que em Alvisquer há uma máquina da Câmara Municipal que está avariada e a derramar óleo. -----

Em relação à Floresta, considera que os caminhos florestais intervencionados na freguesia de Belver, foram muito reduzidos. -----

No âmbito da comemoração dos 40 anos do Poder Local, cumprimentou toda a Assembleia e evidenciou que há 40 anos atrás foi eleito para este órgão. Tal como o senhor Luís José Martins, aqui presente. -----

Não havendo intervenções, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção e afirmou que não podendo estar presentes nas comemorações dos 40 anos do Poder Local que decorrem em Coimbra, estamos aqui a trabalhar em prol do nosso concelho. Agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, eram dezoito horas e cinquenta minutos, pelo que, de tudo para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente e por mim Isabel Maria Dias Martins, segunda secretária, que a redigi e também subscrevo. -----

O Presidente da Assembleia Municipal


(Prof. Jorge Manuel Martins de Jesus)

A segunda-secretária


(Isabel Maria Dias Martins)